Anais do Congresso Brasileiro de Iniciação Científica
(https://periodicos.unisanta.br/COB)

ISSN 2317-1316

QUANDO A DIFERENÇA VIRA ALVO: BULLYING E INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

WHEN DIFFERENCE BECOMES A TARGET: BULLYING AND THE INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN THE SCHOOL ENVIRONMENT

Flávia Costa Pinheiro da Silva, Luiza Chavez Mariano Rodrigues Araújo, Camila Neto Fernandes Andrade, Carolina Rodrigues Lincoln de Carvalho, Raphaela dos Santos Gonçalves, Marina Savordelli Versolato.

Universidade Santa Cecília, Faculdade de Educação, Curso de Licenciatura em Educação Especial
E-mail para contato: fs253373@alunos.unisanta.br

RESUMO – Este artigo analisa como o bullying afeta a participação, a aprendizagem e o bem-estar de estudantes com deficiência e discute possibilidades de prevenção e intervenção no ambiente escolar. Foi realizada uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, com estudos sobre bullying, inclusão, deficiência, autismo, altas habilidades ou superdotação e saúde mental. A literatura mostra que esses estudantes podem ficar mais expostos a agressões verbais, físicas, sociais e virtuais quando suas características são tratadas como motivo de inferiorização. As consequências incluem medo, ansiedade, isolamento, queda no rendimento e recusa escolar. Os estudos também mostram que a prevenção depende de formação docente, escuta dos estudantes, regras claras, apoio entre pares, diálogo com as famílias e acompanhamento contínuo dos casos. Conclui-se que o bullying constitui uma barreira à inclusão e precisa ser enfrentado como uma responsabilidade coletiva da comunidade escolar.

Palavras-chave: Bullying; Educação inclusiva; Deficiência; Violência escolar; Convivência.

ABSTRACT – This article analyzes how bullying affects the participation, learning and well-being of students with disabilities and discusses possibilities for prevention and intervention in the school environment. A qualitative literature review was conducted using studies on bullying, inclusion, disability, autism, giftedness and mental health. The literature shows that these students may be more exposed to verbal, physical, social and online aggression when their characteristics are treated as reasons for inferiority. Consequences include fear, anxiety, isolation, declining academic performance and school refusal. The studies also indicate that

ISSN 2317-1316

prevention depends on teacher education, student listening, clear rules, peer support, dialogue with families and continuous monitoring of cases. It is concluded that bullying is a barrier to inclusion and must be addressed as a collective responsibility of the school community.

Keywords: Bullying; Inclusive education; Disability; School violence; Coexistence.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar envolve mais do que garantir a matrícula do estudante com deficiência em uma turma regular. Ela exige condições para que esse estudante participe das atividades, construa relações, aprenda e permaneça na escola com segurança. Quando ele é ridicularizado, ameaçado, agredido ou afastado pelos colegas, seu direito à educação é atingido, mesmo que continue frequentando as aulas (Brasil, 2015; Lindoso; Moraes; Ribeiro, 2024).

O bullying é uma forma de violência que ocorre principalmente entre pares e apresenta três características: intenção de causar sofrimento, repetição das agressões e desequilíbrio de poder entre os envolvidos. Esse desequilíbrio pode estar relacionado à força física, à popularidade, à idade, à quantidade de agressores ou à dificuldade da vítima para reagir e pedir ajuda (Borges; Dellazzana-Zanon, 2019; Silva *et al.*, 2024).

Nem todo conflito entre estudantes pode ser chamado de bullying. Discussões ocasionais e desentendimentos fazem parte da convivência, embora também exijam orientação. No bullying, existe uma perseguição contínua, na qual a vítima encontra dificuldade para se defender e passa a sentir medo de novas agressões. A repetição diferencia esse fenômeno de uma situação isolada, sem diminuir a gravidade de outras formas de violência (Silva *et al.*, 2024).

Estudantes com deficiência podem apresentar maior vulnerabilidade porque suas características físicas, comunicacionais, comportamentais ou relacionadas à aprendizagem são transformadas em motivos para apelidos, imitações, exclusão e humilhação. Crianças que utilizam cadeira de rodas, aparelho auditivo, comunicação alternativa ou apoio profissional podem ser expostas por elementos que as diferenciam dos padrões valorizados pelo grupo (Borges; Dellazzana-Zanon, 2019; Lindoso; Moraes; Ribeiro, 2024).

ISSN 2317-1316

A deficiência não causa o bullying. A violência ocorre quando a diferença é tratada como sinal de inferioridade e quando a escola não intervém diante de atitudes preconceituosas. Essa compreensão impede que o estudante seja responsabilizado por apresentar comportamentos, movimentos ou formas de comunicação que fogem ao que os colegas consideram comum (Costa, 2025; Souza *et al.*, 2025).

O bullying contra pessoas com deficiência também pode estar relacionado ao capacitismo. Esse preconceito aparece quando determinados corpos, modos de aprender e formas de comunicação são considerados menos válidos. No ambiente escolar, ele pode ser percebido em falas que tratam o estudante como incapaz, estranho, dependente ou inadequado para participar das atividades coletivas (Brasil, 2015; Costa, 2025).

Diante disso, este artigo busca responder à seguinte questão: como o bullying afeta a participação, a aprendizagem e o bem-estar de estudantes com deficiência, e quais ações podem ser adotadas pela escola para prevenir e enfrentar essa violência? O objetivo é analisar as formas, as consequências e os fatores relacionados ao bullying contra estudantes com deficiência, bem como discutir possibilidades de prevenção e intervenção no ambiente escolar (Borges; Dellazzana-Zanon, 2019; Silva *et al.*, 2024).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa. Foram analisados artigos científicos, revisões de literatura e trabalhos acadêmicos que tratam de bullying escolar, educação inclusiva, deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades ou superdotação, saúde mental e ações de prevenção (Borges; Dellazzana-Zanon, 2019; Campos; Carvalho; Conte, 2025).

Os trabalhos foram selecionados por apresentarem discussões sobre as características do bullying, os fatores de vulnerabilidade, as consequências das agressões e as formas de intervenção da escola. Também foram considerados estudos sobre professores, familiares, colegas, gestão escolar e políticas voltadas à proteção de crianças e adolescentes.

ISSN 2317-1316

Após a leitura, os conteúdos foram organizados em cinco temas: características do bullying; vulnerabilidade de estudantes com deficiência; formas de violência; consequências para a vida escolar; e estratégias de prevenção e enfrentamento. A análise buscou compreender o bullying como uma barreira à inclusão, e não apenas como um problema de comportamento individual.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. O bullying como barreira à inclusão

A educação inclusiva pressupõe que estudantes com e sem deficiência aprendam e convivam nos mesmos espaços, com os apoios necessários. Entretanto, estar presente na sala não significa sentir-se parte da turma. A inclusão é prejudicada quando o estudante é ignorado, ridicularizado ou impedido de participar das relações construídas entre os colegas (Lindoso; Moraes; Ribeiro, 2024).

O bullying cria uma situação de insegurança que afeta o uso dos espaços escolares. A vítima pode evitar o recreio, os corredores, os trabalhos em grupo e outros momentos nos quais teme encontrar os agressores. Assim, a violência modifica sua rotina e diminui suas oportunidades de convivência e aprendizagem (Silva; Oliveira; Silva, 2024).

O problema não deve ser analisado apenas como uma relação entre agressor e vítima. Os espectadores, os profissionais e a própria organização escolar também influenciam a continuidade ou a interrupção da violência. Quando os colegas riem, compartilham mensagens ou permanecem em silêncio, podem fortalecer o agressor, mesmo sem participar diretamente das agressões (Silva *et al.*, 2024).

A pesquisa de Borges e Dellazzana-Zanon, realizada com professores do Ensino Fundamental, mostrou que os profissionais reconhecem a necessidade de intervir, mas nem todas as ações relatadas foram consideradas adequadas. O estudo também verificou que a formação do professor e o tipo de deficiência do estudante podem influenciar a forma como a situação é compreendida e enfrentada (Borges; Dellazzana-Zanon, 2019).

ISSN 2317-1316

Esses resultados indicam que a prevenção do bullying precisa estar ligada à formação docente e à educação inclusiva. Não basta conhecer uma definição geral de violência. Os profissionais precisam compreender como o capacitismo, o isolamento e as barreiras de comunicação aumentam a exposição de alguns estudantes (Borges; Dellazzana-Zanon, 2019; Costa, 2025).

3.2. Vulnerabilidade dos estudantes com deficiência

Uma das razões para a maior vulnerabilidade é a visibilidade de algumas diferenças. Características corporais, movimentos repetitivos, dificuldades de fala, uso de equipamentos e necessidade de apoio podem ser percebidos pelos colegas e transformados em motivos para perseguição (Lindoso; Moraes; Ribeiro, 2024).

A comunicação também merece atenção. Alguns estudantes encontram dificuldade para explicar o que aconteceu, identificar a intenção do agressor ou organizar um relato com informações de tempo, lugar e pessoas envolvidas. Essa dificuldade pode fazer com que as agressões permaneçam escondidas por mais tempo (Campos; Carvalho; Conte, 2025).

Em outros casos, o estudante relata a violência, mas sua fala não recebe credibilidade. Adultos podem pensar que ele interpretou a situação de forma errada ou que não compreendeu a brincadeira. Essa desconfiança aumenta o risco de repetição e ensina à vítima que procurar ajuda não produz resultado (Costa, 2025; Souza *et al.*, 2025).

O isolamento social é outro fator importante. Estudantes com poucos vínculos de amizade possuem menor apoio dos colegas e podem ficar mais expostos durante intervalos, mudanças de sala e atividades coletivas. A formação de amizades funciona como uma forma de proteção porque amplia as possibilidades de comunicação, companhia e denúncia (Campos; Carvalho; Conte, 2025).

A revisão realizada por Campos, Carvalho e Conte mostra que dificuldades nas relações com pares, baixa motivação social e problemas na formação de amizades podem aumentar o risco de exclusão entre estudantes autistas. As autoras também defendem intervenções

ISSN 2317-1316

contínuas que favoreçam a integração social e a criação de vínculos saudáveis (Campos; Carvalho; Conte, 2025).

Estudantes autistas podem ficar mais expostos por não compreenderem ironias, regras sociais implícitas e intenções maliciosas. Alguns podem acreditar que estão participando de uma brincadeira, enquanto são ridicularizados ou induzidos a realizar algo constrangedor. Outros percebem a agressão, mas não encontram uma forma segura de responder (Campos; Carvalho; Conte, 2025).

A revisão sistemática sobre bullying e saúde mental no autismo encontrou estudos que apontam risco de vitimização até sete vezes maior entre estudantes autistas em comparação aos colegas neurotípicos. Entre os fatores relacionados estavam dificuldades de interação, sintomas emocionais e falta de apoio institucional (Campos; Carvalho; Conte, 2025).

As altas habilidades ou superdotação também podem gerar experiências de isolamento. Interesses específicos, vocabulário diferente, facilidade de aprendizagem e desempenho elevado podem levar a rótulos e rejeição. Quando esses estudantes não são identificados ou atendidos de forma adequada, podem esconder suas capacidades para evitar novas agressões (Perez; Galasso, 2025).

O estudo de Perez e Galasso relaciona o bullying à invisibilidade e ao baixo aproveitamento das capacidades de estudantes com altas habilidades ou superdotação. Os autores também apontam que a falta de identificação e de políticas efetivas amplia os riscos de exclusão no Ensino Fundamental (Perez; Galasso, 2025).

3.3. Formas de violência

O bullying verbal aparece por meio de insultos, apelidos, comentários ofensivos e imitações. A fala, os movimentos, a forma de andar, a aparência e o desempenho podem ser usados para humilhar o estudante diante do grupo. Como muitas agressões são acompanhadas por risos, os adultos podem tratá-las como brincadeira e não perceber a repetição (Silva; Oliveira; Silva, 2024).

ISSN 2317-1316

O bullying social ocorre quando o estudante é afastado das relações. Os colegas podem impedir sua entrada nos grupos, não convidá-lo para atividades, espalhar boatos ou combinar formas de ignorá-lo. Essa violência pode ser difícil de identificar porque não deixa marcas físicas e pode acontecer de maneira silenciosa (Lindoso; Moraes; Ribeiro, 2024).

A exclusão durante atividades escolares também pode assumir formas discretas. O estudante permanece no grupo, mas ninguém considera suas opiniões ou permite que ele realize as tarefas principais. Embora essa situação nem sempre seja reconhecida como bullying, ela pode fazer parte de um processo contínuo de rejeição e desvalorização (Costa, 2025).

O bullying físico inclui empurrões, chutes, tapas, retirada de objetos e danos a materiais. No caso de estudantes com deficiência, esconder uma bengala, retirar um aparelho, mexer em uma cadeira de rodas ou danificar um recurso de comunicação representa uma agressão e pode comprometer sua mobilidade, segurança e autonomia (Brasil, 2015; Costa, 2025).

O cyberbullying ocorre por meio de mensagens, imagens, vídeos, comentários e publicações digitais. A violência pode começar na escola e continuar fora dela, alcançando um número maior de espectadores. A possibilidade de compartilhamento aumenta a exposição da vítima e dificulta a retirada completa do conteúdo (Costa, 2025).

A internet também pode ser usada para gravar comportamentos do estudante sem autorização, criar montagens e divulgar situações de crise ou desregulação. Essa exposição transforma momentos de vulnerabilidade em entretenimento e pode causar sofrimento mesmo depois que a publicação é removida (Costa, 2025).

As agressões podem ocorrer em locais com menor supervisão, como banheiros, pátios, corredores e transporte escolar. Por isso, a prevenção não deve ficar restrita à sala de aula. A escola precisa observar os espaços e os horários em que os estudantes permanecem mais expostos (Silva *et al.*, 2024).

3.4. Consequências emocionais, sociais e escolares

O bullying pode provocar medo constante. A vítima passa a esperar que uma nova agressão aconteça e permanece atenta aos movimentos dos colegas. Esse estado de tensão

ISSN 2317-1316

dificulta a concentração, a participação e o interesse pelas atividades escolares (Silva; Oliveira; Silva, 2024).

O isolamento pode aparecer como consequência e também como fator de risco. Depois de sofrer agressões, a vítima pode afastar-se dos colegas para proteger-se. Esse afastamento diminui a possibilidade de criar amizades e pode reforçar a ideia de que ela não pertence ao grupo (Campos; Carvalho; Conte, 2025).

No campo da aprendizagem, o medo pode provocar queda no rendimento, falta de atenção e ausência nas aulas. O estudante deixa de realizar tarefas ou participar de atividades coletivas porque associa esses momentos às agressões. Assim, o bullying interfere diretamente na experiência escolar (Silva; Oliveira; Silva, 2024).

Mudanças repentinas precisam ser observadas. Recusa em ir à escola, dores sem explicação médica, perda frequente de objetos, alterações no sono, choro e queda no desempenho podem indicar sofrimento. Esses sinais não confirmam sozinhos a existência de bullying, mas exigem conversa e acompanhamento (Silva *et al.*, 2024).

Em estudantes autistas, as consequências podem incluir ansiedade, sintomas depressivos, isolamento e evasão. A literatura mostra que os efeitos emocionais nem sempre desaparecem espontaneamente e podem permanecer ao longo do tempo, principalmente quando não existe apoio contínuo (Campos; Carvalho; Conte, 2025).

3.5. Identificação e escuta dos estudantes

A identificação do bullying exige observação contínua. Professores e outros profissionais precisam perceber mudanças no comportamento, na participação e nas relações. Um estudante que costumava brincar com os colegas e passa a permanecer sozinho pode estar enfrentando uma situação de violência (Silva *et al.*, 2024).

A escuta deve acontecer em um local reservado. O estudante precisa ter tempo para organizar sua fala e pode utilizar desenhos, imagens, escrita ou recursos de comunicação alternativa. Fazer perguntas diante da turma ou do possível agressor pode aumentar o medo e impedir o relato (Borges; Dellazzana-Zanon, 2019).

ISSN 2317-1316

Também é necessário evitar perguntas que responsabilizam a vítima, como questionar por que ela não se defendeu ou não contou antes. O desequilíbrio de poder faz parte do bullying e explica por que muitos estudantes não conseguem interromper a situação sozinhos (Silva *et al.*, 2024).

No caso de estudantes com dificuldades de comunicação, a equipe pode precisar reunir observações da família, dos professores e dos profissionais de apoio. Alterações de comportamento em casa e na escola podem ajudar a compreender quando e onde as agressões estão acontecendo (Campos; Carvalho; Conte, 2025).

3.6. A atuação dos professores

O professor precisa interromper a agressão no momento em que ela acontece. Ignorar, rir ou pedir que os envolvidos resolvam sozinhos transmite a mensagem de que a violência é aceita. A intervenção imediata protege a vítima e mostra à turma quais atitudes não serão toleradas (Borges; Dellazzana-Zanon, 2019).

Em uma situação de bullying, pedir apenas que os estudantes façam as pazes pode ser insuficiente. A vítima e o agressor não ocupam posições iguais, pois existe perseguição e desequilíbrio de poder. A mediação precisa considerar essa diferença e garantir proteção antes de qualquer tentativa de diálogo (Silva *et al.*, 2024).

O professor também deve evitar expor o estudante com deficiência como exemplo de superação ou pedir que ele explique sua condição diante da turma. A conscientização sobre as diferenças precisa ocorrer sem transformar sua vida pessoal em conteúdo público (Costa, 2025).

3.7. A responsabilidade da gestão escolar

O enfrentamento do bullying não pode depender somente do professor que presencia a agressão. A gestão precisa estabelecer procedimentos para receber relatos, registrar situações, informar as famílias, acompanhar os envolvidos e avaliar se as ações adotadas estão funcionando (Silva *et al.*, 2024).

ISSN 2317-1316

As regras precisam ser conhecidas por estudantes, profissionais e responsáveis. A escola deve explicar o que caracteriza bullying, quais canais podem ser usados para pedir ajuda e como os casos serão acompanhados. Regras que existem apenas em documentos não protegem os estudantes (Silva; Oliveira; Silva, 2024).

A gestão também deve acompanhar os espaços de maior risco. A distribuição dos profissionais nos recreios, corredores, entradas e saídas pode reduzir a ausência de supervisão. O transporte escolar e os ambientes digitais relacionados à turma também precisam ser incluídos nas discussões (Silva *et al.*, 2024).

A legislação brasileira avançou no reconhecimento do bullying e do cyberbullying, mas os estudos mostram dificuldades na aplicação das medidas dentro das escolas. A existência da lei não substitui a criação de procedimentos, a formação da equipe e a adaptação das ações às características de cada comunidade escolar (Silva *et al.*, 2024).

3.8. Família, colegas e rede de apoio

A família da vítima precisa ser informada sobre o que foi identificado e sobre as medidas adotadas. O contato não deve ocorrer apenas para pedir que os responsáveis resolvam a situação fora da escola. A proteção do estudante durante o período escolar continua sendo responsabilidade da instituição (Costa, 2025).

Os familiares podem relatar alterações no comportamento, medo, recusa escolar e mudanças na rotina. Essas informações ajudam a equipe a avaliar a gravidade do caso e acompanhar as consequências das agressões (Campos; Carvalho; Conte, 2025).

A família do estudante que pratica o bullying também precisa participar. A conversa deve tratar dos comportamentos observados, sem definir a criança ou o adolescente apenas como agressor. O objetivo é interromper a violência, responsabilizar pelo dano e construir outras formas de convivência (Silva *et al.*, 2024).

Os colegas podem contribuir para a prevenção. A participação dos pares, contudo, não retira dos adultos a responsabilidade pela intervenção. Crianças e adolescentes não devem ser colocados sozinhos diante de situações que envolvem ameaça, agressão ou perseguição. O

ISSN 2317-1316

apoio entre colegas precisa funcionar dentro de uma rede organizada pela escola (Silva *et al.*, 2024).

Quando necessário, a escola pode articular apoio com serviços de saúde, assistência social e proteção à infância. Essa articulação deve ocorrer com cuidado para não transformar todo conflito em problema médico nem afastar a instituição de suas responsabilidades pedagógicas (Costa, 2025).

3.9. Prevenção e construção de uma cultura de respeito

A prevenção começa pela construção diária das relações. Conversas sobre respeito, atividades cooperativas e discussão de situações de preconceito podem ajudar os estudantes a compreender os efeitos de suas atitudes. Essas ações precisam ocorrer durante todo o ano e não apenas quando um caso grave aparece (Lindoso; Moraes; Ribeiro, 2024).

Rodas de conversa e assembleias escolares podem oferecer espaços para falar sobre conflitos, regras e convivência. Para funcionar, esses momentos precisam permitir que os estudantes se expressem sem medo de exposição ou punição imediata (Silva; Oliveira; Silva, 2024).

O trabalho com empatia precisa evitar a ideia de pena. Estudantes com deficiência não devem ser respeitados porque são vistos como frágeis, mas porque possuem os mesmos direitos e pertencem à comunidade escolar. A diferença não pode ser apresentada como tragédia ou exemplo de heroísmo (Souza *et al.*, 2025).

A escola também precisa discutir capacitismo. Compreender esse preconceito ajuda a perceber que piadas, imitações e expectativas reduzidas não são atitudes naturais da infância. Elas são aprendidas e podem ser questionadas por meio da educação e da convivência (Brasil, 2015; Costa, 2025).

As práticas inclusivas favorecem a prevenção porque ampliam a participação. Quando os estudantes trabalham juntos, assumem responsabilidades e reconhecem diferentes formas de contribuição, diminuem as oportunidades de isolamento. Entretanto, a atividade coletiva precisa

ISSN 2317-1316

ser acompanhada para que o aluno com deficiência não permaneça apenas observando (Lindoso; Moraes; Ribeiro, 2024).

4 CONCLUSÃO

A literatura analisada mostra que o bullying contra estudantes com deficiência constitui uma barreira à inclusão porque afeta a segurança, o pertencimento, a participação, a aprendizagem e a permanência escolar. Esses estudantes podem ficar mais expostos quando suas formas de comunicação, comportamento, movimento ou aprendizagem são tratadas como motivos de inferiorização, imitação e afastamento. As agressões podem ser verbais, físicas, sociais ou virtuais e produzir medo, vergonha, ansiedade, isolamento, queda no rendimento e recusa escolar. O enfrentamento exige que professores e gestores reconheçam os sinais, acolham os relatos, protejam a vítima, acompanhem o agressor e não reduzam as situações a brincadeiras ou conflitos comuns. Também são necessárias regras claras, formação docente, diálogo com as famílias, apoio entre pares, supervisão dos espaços escolares e discussão contínua sobre respeito, capacitismo e diversidade. Assim, prevenir o bullying não significa apenas impedir agressões, mas construir uma escola na qual a diferença não seja transformada em alvo e todos os estudantes possam conviver e aprender com dignidade.

5 DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Durante a elaboração deste trabalho, utilizou-se a ferramenta ChatGPT para apoio à organização textual e à sistematização inicial da literatura. O conteúdo gerado foi revisado, editado e validado pelos autores, que assumem total responsabilidade pelo texto final.

6 REFERÊNCIAS

Borges AKS, Dellazzana-Zanon LL. Bullying e inclusão no Ensino Fundamental I: ações de professores. Revista Educação Especial. 2019;32:e23.

ISSN 2317-1316

Brasil. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília: Presidência da República, 2015.

Brasil. Programa de Combate à Intimidação Sistemática. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Brasília: Presidência da República, 2015.

Brasil. Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024. Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais. Brasília: Presidência da República, 2024.

Campos TPCM, Carvalho KB, Conte RF. Bullying escolar e saúde mental no Transtorno do Espectro Autista: uma revisão sistemática. Psi Unisc. 2025;9:e18525.

Costa APF. Rompendo barreiras: a educação inclusiva e os desafios do bullying em ambientes escolares. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2025.

Lindoso EP, Moraes SR, Ribeiro SFDR. Bullying escolar e inclusão: desafios e perspectivas para crianças com deficiência no ambiente educacional. Absolute Review. 2024;19(1):1524-1533.

Perez CBS, Galasso BJB. Bullying e a exclusão social de alunos com altas habilidades/superdotação no Ensino Fundamental II: uma análise crítica das estratégias de inclusão escolar à luz da literatura e das políticas públicas. Congresso Nacional de Educação. 2025:1-18.

Silva EM, Solorzano ENS, Batista FC, Barbosa MZ, Nogueira EL, Azevedo JL, Paulino TA. O enfrentamento ao bullying escolar: uma revisão sistemática. Research, Society and Development. 2024;13(12):e176131247867.

Silva JJG, Oliveira ML, Silva W. Bullying e violência escolar: desafios e perspectivas para a construção de uma escola inclusiva. Revista Científica Multidisciplinar O Saber. 2024;4(1):1-7.

Souza VC, Lima AN, Oliveira EA, Roberto TML, Silva SD, Mendes I. Inclusão e empatia na escola: os desafios enfrentados por crianças com autismo e TDAH diante do bullying. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. 2025;11(12):5190-5200.